



## **ENSAIO TEÓRICO SOBRE INSTITUIÇÕES: ELAS PRENDEM OU LIBERTAM OS/AS INDIVÍDUOS/AS?**

Paulo Henrique de Moraes <sup>1</sup>  
Maria Naftally Dantas Barbosa <sup>2</sup>  
Emanuella Rodrigues Veras da Costa Paiva <sup>3</sup>  
Ana Raquel de Sousa Barbosa <sup>4</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho se trata de um ensaio teórico sobre instituições. Realizamos nosso trabalho objetivando fazer um levantamento sobre o conceito de instituições, a fim de identificar se essas prendem ou libertam os/as indivíduos/as. Além de termos levantado uma discussão breve de temas como realidades subjetiva e objetiva, tipificação, institucionalização, individualização, liberdade, além disso, fizemos uma discussão sobre como se originaram as instituições, como essas funcionavam há um tempo e, como funcionam hoje. Como recurso metodológico adotamos a pesquisa bibliográfica. Nosso trabalho – e consequentemente nossos resultados – foi baseado nas obras dos/as autores/as: Althusser, Bauman, Berger, Luckmann, Bourdieu, Chauí, Foucault, Marx Engels por acreditarmos que seus trabalhos têm forte embasamento teórico sobre o tema central do nosso. Chegamos à conclusão de que as instituições e os/as indivíduos/as estão em constante mudança e, que os/as indivíduos/as já não se prendem tanto as instituições a qual estão submetidos.

**Palavras-chave:** Instituições, Liberdade, Indivíduos/as.

### **INTRODUÇÃO**

Cotidianamente podemos observar que nossa sociedade já não funciona como há algum tempo. De acordo com Bauman (2001) o que antes era sólido – não se encerrava com facilidade – hoje tornou-se líquido. Em outras palavras, as instituições atuais não conseguem segurar seus/uas partícipes e, esses/as não querem mais prender-se as instituições, sejam elas às escolas, empresas, relacionamentos, etc.

---

<sup>1</sup> Mestre pelo curso de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, paulomorais@hotmail.com;

<sup>2</sup> Mestra pelo curso de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, naftallydantas2@gmail.com;

<sup>3</sup> Mestra pelo curso de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, verasadm@gmail.com;

<sup>4</sup> Mestranda pelo Curso de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, raqueldesousabarbosa@hotmail.com;



Há décadas presenciávamos casamentos duradouros, víamos às pessoas permanecerem por longo tempo em determinados empregos, presenciávamos fiéis “submissos/as” aos/as seus/uas representantes religiosos, filhos/as obedientes aos seus pais, namorados/as fiéis as/aos suas/eus companheiras/os. Hoje, vivemos em uma realidade diferente da vivida pelos nossos familiares, onde não damos o nosso melhor nos nossos empregos, relacionamentos, famílias, igrejas e escolas, haja vista, que é provável que eles não durem em nossas vidas.

De acordo com Berger e Luckman (1985) as instituições e os universos são legitimados por indivíduos/as vivos/as, esses/as que têm localizações sociais concretas e interesses sociais reais. Nesse contexto, as instituições têm sempre uma história da qual são produtos e, é impossível que compreendamos adequadamente as instituições sem entender o processo histórico em que ela foi produzida.

Diante do exposto, torna-se mais compreensível a discussão relacionada ao que víamos há décadas e que hoje está totalmente mudado, é como se hoje tivéssemos colocado um fim em tudo o que foi vivido por nossos familiares. Nesse sentido, Berger e Luckman (1985, p. 172) nos afirmam que “é correto dizer que as teorias são maquinadas com o fim de legitimar instituições sociais já existentes”.

É fato que com o decorrer do tempo as sociedades mudam, às pessoas mudam, as instituições mudam e que hoje vivemos em uma sociedade onde quer queira quer não os/as indivíduos/as – dependendo do contexto – é que fazem suas escolhas, mesmo esses/as não sendo livres.

Nesse contexto, de acordo com Berger e Luckman (1985, p. 173, 174):

[...] o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. Por conseguinte, na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso da qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade (BERGER; LUCKMAN, 1985, p. 173, 174).

É válido destacar que o/a indivíduo/a nasce em uma realidade a qual lhe é imposta, uma realidade objetiva, cabendo a ele/a ir ao encontro ou não da realidade subjetiva, a realidade de seu interesse, e assim, viver de acordo com o que acredita e não ao que lhe foi imposto.

Nesse cenário, Marx e Engels (1999) nos dizem que:



[...] os indivíduos só procuram o seu interesse particular – que para eles não coincide com o seu interesse coletivo, pois a universidade é apenas uma forma ilusória da coletividade – esse interesse apresenta-se como um interesse particular que lhes é “estranho” e “independente”, e que simultaneamente é um interesse universal especial e particular; ou então oscilam no seio deste dualismo, como acontece a democracia (MARX; ENGELS, 1999, p. 39, 40).

Para Berger e Luckman (1985) o mundo da vida cotidiana não é exclusivamente tomado como uma realidade correta pelos membros da sociedade na conduta subjetiva, mas é um mundo em que se origina no pensamento e nas ações dos homens e das mulheres comuns, sendo afirmado por eles/as, como mundos reais.

No tocante a individualização, Bauman (2001) nos diz que ela é uma atividade incessante e diária, que pode vir a mudar seu significado constantemente e assumir, assim, novas formas à medida em que os resultados acumulados de sua história passada solapam as regras herdadas, estabelecem novos preceitos comportamentais e fazem surgir novos prêmios no jogo.

Nesse sentido, de acordo com o autor supracitado, a individualização consiste na transformação da “identidade” humana de um “dado” em uma “tarefa”, e assim, encarrega os/as indivíduos/as da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências de sua realização. Em outras palavras, a individualização consiste no estabelecimento de uma autonomia de jure (independentemente de a autonomia de facto também ter sido estabelecida).

Discorrendo sobre a individualidade, Chauí (2008) nos diz que: “as individualidades naturais imediatas são integradas numa realidade nova que faz a mediação entre o indivíduo como pessoa e o indivíduo como sujeito” (CHAUÍ, 2008, p. 44).

Para Bauman (2001) a individualidade ainda demanda por cabides individuais onde os/as indivíduos/as possam pendurar coletivamente, brevemente, seus temores individuais. Existe um grande abismo entre a condição de indivíduos/as de jure e suas chances de tornarem-se indivíduos/as de facto, sendo que esse abismo não pode ser transposto apenas por esforços individuais, uma vez que esses/as indivíduos/as não são livres para agir conforme suas vontades. Dessa forma, esses/as indivíduos/as acabam vivendo uma realidade imposta pelas instituições a qual fazem parte.



Nesse contexto é comum surgir o questionamento: seríamos indivíduos/as livres na sociedade a qual habitamos? Marx e Engels (1999, p. 100) trata bem disso ao discorrer que “[...] é somente em comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios necessários para desenvolver as suas faculdades em todos os sentidos; a liberdade pessoal só é, portanto, possível na comunidade”.

De acordo com Foucault (2005), no campo do trabalho – por exemplo – vemos que cada vez mais as instituições estão expandindo-se e multiplicando-se, de forma que o tempo dos/as indivíduos/as se encontra mais controlado do que nunca – mesmo não sendo em sua totalidade – o tempo das pessoas está sendo controlado para tornar-se tempo de trabalho, ou seja, é perceptível que no campo do trabalho, assim como em outros os/as indivíduos/as não são totalmente livres.

Este artigo tem como objetivo levantar uma discussão sobre instituições, de acordo com os autores: Althusser, Bauman, Berger, Luckmann, Bourdieu, Chauí, Foucault, Marx e Engels, a fim de refletir sobre esse conceito que tanto se faz presente no nosso cotidiano. Como recurso metodológico adotamos a pesquisa bibliográfica, uma vez que utilizamos obras que dialogam com o tema de nosso trabalho.

## **METODOLOGIA**

Adotamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica. Assim, fizemos uso de livros de autores/as que discutem sobre o tema do nosso trabalho (Tabela 1). Escolhemos esses/as autores/as por acreditarmos que eles/as possuem trabalho relevantes que dialogam com o tema central do trabalho que propomos.

Tabela 1. Autores/as que embasaram nossa pesquisa

<b>Autor/a</b>	<b>Livro</b>	<b>Ano</b>
ALTHUSSER	Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado	1985
BAUMAN	Modernidade Líquida	2001
BERGER	A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento	1985
BOURDIEU	O poder simbólico.	1989
BOURDIEU	A dominação masculina	2002

CHAUÍ	O que é ideologia	2008
FOUCAULT	A verdade e as formas jurídicas	2005
FOUCAULT	Vigiar e punir	1987
MARX	A ideologia alemã	1999

**Fonte:** Autoria Própria (2020).

De acordo com (GIL, 2010 *apud* MORAIS, 2017, p. 14) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinados assuntos. Dessa forma, busca explicar e discutir, com base em referenciais teóricos publicados em livros, revistas periódicas, artigos entre outros, questões científicas que versam sobre um determinado tema (GONÇALVES, 2010).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Discutindo sobre as instituições elas podem ser consideradas como estruturas cognitivas, normativas, reguladoras e de atividades, que provêm estabilidade e sentido no que diz respeito ao comportamento social de determinados indivíduos/as na sociedade a qual pertencem. Assim, elas encontram-se de forma paralela e estão presentes nos mais diversos lugares da sociedade, podendo serem vistas como: famílias, igrejas, escolas, prisões, hospitais, etc.

As instituições são capazes de constituírem os/as indivíduos/as em sujeitos históricos apropriados/as para originar e realizar os seus próprios fins, suas próprias instituições, de modo, que essas se aproximem ao máximo daquilo que os/as indivíduos/as almejam.

Berger e Luckman (1985) discutindo acerca da formação do hábito da atividade humana, levanta o questionamento de como as instituições se originaram. Eles nos relatam que “a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição”. (BERGER, LUCKMAN, 1985, p. 79).

De acordo com os autores mencionados acima, essas tipificações ocorrem quando há ações recíprocas construídas entre os/as indivíduos/as que habitam um mesmo espaço, como por exemplo, um grupo considerável de indivíduos/as desconhecidos/as que se



percam em uma floresta e, que tenham de viver juntos por um tempo. Ao realizarem atividades repetidas diariamente uns aprenderão com os outros, dessa forma, estão tipificando as ações e os levando a construírem uma nova instituição.

No entanto, é válido lembrar que para que haja uma tipificação duradoura as tarefas realizadas pelos/as indivíduos/as devem ser importantes para ambos, uma vez que se os afazeres não forem formidáveis para todos/as os/as indivíduos/as inseridos/as nesse processo, as ações não se entrelaçarão.

No contexto das instituições nos deparamos com duas realidades, a realidade objetiva na qual os/as indivíduos/as já nascem fazendo parte por determinação de seus pais e que eles/as não podem de forma alguma recusar-se a participar. Vale ressaltar que, de acordo com Berger e Luckmann (1985) que a realidade objetiva não fica diminuída em caso de os/as indivíduos/as não quererem compreender sua finalidade, por eles/as não quererem que elas existam ou até mesmo em caso de eles/as quererem alterá-las.

Na realidade subjetiva, os/as indivíduos/as conhecem o mundo que não é o mesmo que seus pais lhes impuseram, ou seja, “[...] o contexto institucional é em geral percebido” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 189).

Nesse sentido os autores ainda nos advertem que:

Todo indivíduo nasceu em uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se encarregam de sua socialização. Estes outros significativos são-lhe-imposto. As definições dadas por estes à situação dele apresentam-se como a realidade objetiva” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 175).

Sobre os tipos de realidades, vale ainda reforçar, que mesmo aos/as indivíduos/as que se deparam com a realidade subjetiva, mudando o comportamento que lhes foi impostos pelos seus pais e familiares, eles/as ainda estão inseridos/as em instituições, logo, as instituições ainda os controlam.

Nesse contexto, Bauman (2001, p. 107) nos relata o sonho do arquiteto inglês estabelecido na África do Sul, George Hazeldon, o qual sonha com:

[...] uma cidade diferente das cidades comuns, cheia de estrangeiros sinistros que se esgueiram de esquinas escuras, surgem de ruas esquálidas e brotam de distritos notoriamente perigosos. A cidade do sonho de Hazeldon é como uma versão atualizada, high tech, da aldeia medieval que abriga detrás de seus grossos muros, torres, fossos e pontes levadiças uma aldeia protegida dos riscos e perigos do mundo.



Uma cidade feita sob medida para indivíduos que querem administrar e monitorar seu estar juntos. (BAUMAN, 2001, p. 107)

Mas, infelizmente, o sonho do arquiteto mencionado por Bauman é apenas um sonho, uma vez que de acordo com os autores Berger e Luckmann (1985) as instituições – sejam elas quais forem – controlam a conduta humana e estabelece padrões previamente definidos de conduta, as quais a canalizam em direção a oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.

Concorda com esse pensamento Bourdieu (1989, p. 92, 93) ao refletir sobre o mundo social e nos mostrar que:

O mundo social está assim povoado de instituições que ninguém concebeu nem quis, cujos «responsáveis» aparentes não só não sabem dizer — nem mesmo mais tarde graças à ilusão retrospectiva, como se «inventou a fórmula», — como também se surpreendem que elas possam existir como existem, tão bem adaptadas a fins nunca formulados expressamente pelos seus fundadores (BOURDIEU, 1989, p. 92, 93).

Nesse cenário Bourdieu (1989) ainda discute que a razão de ser uma instituição (ou uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não se encontra na vontade dos/as indivíduos/as, mas sim no campo de forças adversárias ou complementares, de forma que não são os/as indivíduos/as que escolhem o que farão, como viverão e como atuarão em sociedade.

Em outras palavras, Bauman (2001, p. 28) se remete a isso quando nos diz que “[...] não há outro caminho para buscar a libertação senão “submeter-se à sociedade” e seguir suas normas”, ou seja, nós não podemos ganhar a liberdade se formos contra a sociedade, uma vez que ela tem grande poder sobre nossas vidas.

Discutindo ainda acerca de como se dá o relacionamento entre as instituições existentes em nossa sociedade e os/as indivíduos/as que a habitam Berger e Luckman (1985, p. 85, 86) dizem que:

Todas as instituições aparecem da mesma maneira como dadas, inalteráveis e evidentes. Mesmo em nosso exemplo, empiricamente improvável, dos pais terem construído um mundo institucional de novo, a objetividade desse mundo aumentaria para eles pela socialização de seus filhos, porque a objetivação experimentada pelos filhos se refletiria de volta sobre sua experiência desse mundo (BERGER; LUCKMAN, 1985, p. 85, 86).



Discorrendo sobre as instituições serem inalteráveis, Bourdieu (2012) nos diz que é no mundo social que se inicia uma divisão construída entre os sexos, como naturais e evidentes, adquirindo assim, todo um reconhecimento de legitimação onde as mulheres são vistas como inferiores aos homens.

Nesse mundo, às instituições como o trabalho é reservada aos homens, uma vez que para esses estão disponíveis as atividades produtivas que nós associamos a ideia de trabalho, tais como, atividades oficiais, públicas e de representação.

Enquanto que as mulheres são excluídas de todos os lugares públicos (assembleia, igrejas, escolas, empresas, orfanatos, política, hospitais) aos quais Bourdieu (2012, p. 62) julgam como lugares “[...] em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos de honra”, ou seja, para as mulheres restam apenas a instituição familiar.

Bourdieu (2012, p. 118) vem nos afirmar isso quando nos diz que:

O mundo social funciona (em graus diferentes, segundo as áreas) como um mercado de bens simbólicos dominado pela visão masculina: ser, quando se trata de mulheres, é, como vimos, ser-percebido, e percebido pelo olhar masculino, ou por um olhar marcado pelas categorias masculinas — as que entram em ação, mesmo sem se conseguir enunciá-las explicitamente, quando se elogia uma obra de mulher por ser "feminina", ou, ao contrário, "não ser em absoluto feminina" (BOURDIEU, 2012, p. 118).

Vale mencionar que após muitas lutas das mulheres, cotidianamente elas conseguem alcançar espaços que teoricamente seriam ocupados apenas por homens, mas que em muitos casos elas sofrem preconceito e assédio moral. Muitos maridos no nosso cotidiano ainda não aceitam que suas esposas ocupem cargos de confiança, cargos no executivo, além de, não aceitarem que elas ganhem salários maiores que os seus.

Diante o exposto podemos dizer que nós como indivíduos/as partícipes da sociedade não somos livres, haja vista que não podemos agir de acordo com nossas vontades e desejos, estando, nós, assim, presos/as as instituições a qual estamos incluídos/as.

Nesse contexto e, na perspectiva de Hobbes, depois desenvolvida por Durkheim e discutida por Bauman (2001), não existe outro caminho para que os/as indivíduos/as encontrem a libertação senão submetendo-se às instituições das sociedades em que se encontram inseridos/as, aceitando suas normas, ou seja, seguindo os padrões e as rotinas



impostas pela sociedade que fazem com que os/as indivíduos/as saibam exatamente como agir na maior parte do tempo, e que raramente se encontrem em situações em que as decisões devem ser tomadas com a própria responsabilidade e sem o conhecimento das consequências.

Nesse contexto, Bauman (2001) vem nos afirmar isso ao nos dizer que:

A liberdade não pode ser ganha contra a sociedade. O resultado da rebelião contra as normas, mesmo que os rebelados não tenham se tornado bestas de uma vez por todas, e, portanto, perdido a capacidade de julgar sua própria condição, é uma agonia perpétua de indecisão ligada a um Estado de incerteza sobre as intenções e movimentos dos outros ao redor - o que faz da vida um inferno (BAUMAN, 2001, p 28).

Bauman (2001) define liberdade como sentir-se livre das limitações, ser livre para agir conforme os desejos e instintos. Ele ainda discute sobre uma ameaça que atormentava os filósofos, onde os/as indivíduos/as pudessem não quererem serem pessoas livres, seja pelas dificuldades que o exercício da liberdade pode acarretar, seja porque os/as indivíduos/as tenham medo da liberdade pelo fato de que o que os seus superiores prometiam só chegava a uma parte da crescente população, dessa forma, Althusser (1985, p. 47) nos apresenta que “assim a escola e as igrejas «educam» por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc.,”.

Ainda em relação as ameaças, outra dela trata-se do fato de que o que se sente como liberdade não seja realmente liberdade, onde os/as indivíduos/as podem estarem satisfeitos com o que os seus “superiores” lhes oferecem mesmo que não seja o que de fato seria satisfatório, que vivendo na “escravidão” (determinada pelas instituições) os/as indivíduos/as sintam-se livres e não sintam a necessidade de se libertarem.

Diante do exposto acima, Foucault (2005) disserta que os/as indivíduos/as que dirigem as instituições têm o direito sobre as demais, podendo dar ordens, estabelecer regulamentos, tomar medidas como demissão e suspensão de indivíduos/as, além, de poderem realizar a contratação de novos/as indivíduos/as para contribuir com as instituições em questão.

Nesse cenário, Bourdieu (2012, p. 73) nos diz que:

O mundo do trabalho está, assim, repleto de pequenos grupos profissionais isolados (serviços de hospital, gabinetes de ministérios etc.) que funcionam como quase famílias, nos quais o chefe do serviço, quase sempre um homem, exerce uma autoridade paternalista, baseada



no envolvimento afetivo ou na sedução, e, ao mesmo tempo, sobrecarregado de trabalho e tendo a seu encargo tudo que acontece na instituição, oferece uma proteção generalizada a um pessoal subalterno, principalmente feminino (enfermeiras, assistentes, secretárias) assim encorajado a um investimento intenso, muitas vezes patológico, na instituição e naquele que a encarna (BOURDIEU, 2012, p. 73).

É sabido que no passado as instituições muito raramente contratavam as mulheres para atividades que teoricamente só poderiam ser executadas por indivíduos do sexo masculino, hoje, algumas dessas instituições ainda resistem a isso, mas podemos afirmar que de uma maneira mais leve, haja vista que as mulheres andam ocupando muitos cargos na sociedade que antes eram ocupados apenas por homens. A respeito disso Berger e Luckman (1985, p. 113) nos fala que:

A institucionalização não é contudo um processo irreversível, a despeito do fato das instituições, uma vez formadas, terem a tendência a perdurar. Por uma multiplicidade de razões históricas, a extensão das ações institucionais pode diminuir, pode haver desinstitucionalização em certas áreas da vida social (BERGER; LUCKMAN, 1985, p. 113).

Dentre todos os fatores de mudanças ocorridos dentro das instituições Bourdieu (2012, p. 107) nos diz que “os mais importantes são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução”, além da independência econômica e a transformação das estruturas das famílias. Como já discutido no decorrer do texto, as instituições não são irreversíveis e, cotidianamente vemos transformações em instituições que existem na sociedade há milênios.

Nesse contexto, Foucault (2005) nos diz que as mudanças ocorridas nas instituições não ocorreram somente nas indústrias, mas numa série de instituições que surgiam na mesma época. Instituições que obedeciam aos mesmos modelos e aos mesmos princípios de funcionamento, sejam elas as escolas, orfanatos, igrejas, centros de formação, prisão, casas de recuperação, hospitais.

Um grande exemplo das mudanças ocorridas no decorrer dos tempos pelas instituições são as punições, essas que antes eram realizadas de forma brutal através de suplícios – graves punições corporais –, hoje tornaram-se “humanizadas” onde os/as indivíduos/as não são castigados perversamente pelos seus crimes cometidos.

Foucault (1987, p. 260) trata bem sobre isso ao discorrer que a:



A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à “humanidade”. Mas também um momento importante na história desses mecanismos disciplinares que o novo poder de classe estava desenvolvendo: o momento em que aqueles colonizam a instituição judiciária (FOUCAULT, 1987, p. 260).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, a partir de tudo o que foi discutido, é possível percebermos que as instituições não permitem que os/as indivíduos/as sejam livres, que a liberdade em si, conforme diz a teoria não se aplica na prática. Mas, que cotidianamente os/as indivíduos/as estão em busca de instituições que mais se aproximam do que esses /as almejam.

Dessa forma, é notável que as instituições de hoje já não funcionam como funcionavam há um tempo, haja vista, que mesmo os/as indivíduos/as sendo controlados/as, esses/as, já não dão o seu melhor para as instituições na qual estão inseridos/as e, esse fator é crucial para que eles/as não sejam controlados/as em sua totalidade.

Presentemente, vivemos em uma sociedade na qual as mulheres estão ocupando grandes cargos na sociedade que antes só eram ocupados por homens, fato esse que faz que alguns homens se entristeçam e, até mesmo, não aceitem a evolução dessas instituições, esses muitas vezes questionam os salários das mulheres que em alguns casos são maiores que os seus.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado** 3 ed.; Editorial Presença, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 255p.

BERGER, Peter L. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento |por| Peter L. Berger |e| Thomas LUCKMANN; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985. 248p. 21cm (Antropologia, 5).



BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **A dominação masculina**/Pierre Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro. 160p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 2008. – (Coleção primeiros passos; 13)

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. F86v **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p

GONÇALVES, Liana Souza Vasconcelos. **A família e o portador de transtorno mental: estabelecendo um vínculo para a reinserção à sociedade**. 2010. 28 p. Curso de especialização em atenção básica em saúde da família - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010. Disponível em:. Acesso em: 04 mai. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1999.